

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-10 – Informação e Memória

IMPACTO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E DE PATRIMÔNIO NO ACESSO À INFORMAÇÃO

Evelin Mintegui – (Universidade Federal do Rio Grande – FURG)

Cezar Karpinski - (Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA)

IMPACT OF ARCHIVAL POLICIES AND PATRIMONY ON ACCESS TO INFORMATION

Modalidade da Apresentação: Pôster

Resumo: Este pôster apresenta as reflexões iniciais de uma pesquisa acerca da inter-relação entre políticas públicas arquivísticas e políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil, levantando conceitos que possam ser úteis para o desenvolvimento de uma metodologia que dê conta do levantamento do panorama de tais políticas, com finalidade de construção de um diagnóstico.

Palavras-Chave: Políticas públicas; Arquivo; Patrimônio cultural.

Abstract: This poster presents the initial reflections of a research about the interrelationship between archival public policies and public policies of cultural heritage in Brazil, raising concepts that may be useful for the development of a methodology that takes account of the survey of the panorama of such policies, With the purpose of constructing a diagnosis

Keywords: Public policies; Archives; Cultural heritage.

1 INTRODUÇÃO

Este pôster apresenta as reflexões iniciais de pesquisa de doutoramento em Ciência da Informação (CI) que consiste em verificar a inter-relação entre políticas públicas arquivísticas e as políticas públicas de identificação e preservação do patrimônio cultural. Partindo do pressuposto de que políticas públicas são as ferramentas que garantem o acesso e uso das informações e dos bens culturais pela sociedade de forma efetiva, objetiva-se analisar as relações entre estas duas manifestações de ações de governo e como elas se inter-relacionam na constituição do patrimônio cultural e arquivístico.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Embora a Arquivologia e a CI tenham uma relação comumente verificável através da vinculação institucional em departamentos e institutos, compreende-se que a interdisciplinaridade entre essas duas disciplinas (ou ciências) não é simplesmente consequente. Em meio a diversas possibilidades, este trabalho parte da ideia da CI como área social de integração, capaz de permitir um olhar próprio para fenômenos já considerados por outras ciências.

Nesse sentido, a análise das políticas públicas de arquivos e de identificação do patrimônio cultural tem aderência à CI, pois se relaciona com o que Araújo (2014) definiu como processos de produção e acumulação de registros dentro de sistemas e instituições preocupadas com a acumulação de um estoque coletivo. Embora se pretenda explorar o contexto sociocultural e certa interpretação sobre a interação de sujeitos na constituição de políticas públicas, a pesquisa visa dar conta da dimensão informacional presente neste escopo. O resultado dessas escolhas acarreta na determinação de um tipo de estoque patrimonial, um tipo de informação selecionada para acesso público, e por isso, justifica-se como relevante para a CI.

Se as políticas de preservação atuam no nível simbólico, representando a ideia coletiva de identidade de uma sociedade, sua lacuna em relação aos arquivos parece preocupante. Não porque os documentos de arquivo tenham de ser necessariamente sacralizados, já que o patrimônio é resultado de processos de negociação entre atores políticos, mas porque é necessário estudar essa aparente invisibilidade dos acervos arquivísticos.

Embora se reafirme que o reconhecimento dos documentos de arquivo como patrimônio não deva ser obrigatória, entende-se que esse tipo de acervo carrega uma carga importante de informações, em pelo menos dois aspectos. Em relação ao primeiro, o valor de prova que acompanha os arquivos de maneira geral emana da razão pela qual os documentos de arquivo públicos são criados: para registrar uma atividade, uma transação, um ato. Quanto maior a facilidade de acesso a esses documentos pela sociedade, maior a possibilidade de controle da ação dos governantes.

Quanto ao segundo aspecto, o de valor histórico, memorial e patrimonial, os arquivos públicos (enquanto conjunto de documentos, não necessariamente enquanto instituições)

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

podem atuar como transmissores de acontecimentos vividos. Nunca tomados como neutros em absoluto, embora com intenção de neutralidade, o arquivo é passível de provocar diálogo entre o tempo da coisa dita e o tempo do pesquisador. Os arquivos públicos são guardadores de discursos, que podem ou não ser ativados para preencher esse espaço intersubjetivo entre indivíduo e cultura, informado pela memória. Por isso, qualquer política que determine a guarda, a eliminação ou a inexistência desse tipo de registro (porque deixar estar sem nenhuma ação também pode ser considerado um ato político) revela aspectos interessantes sobre a constituição da memória pública - a escolha daquilo que se quer preservar.

Toma-se como pressuposto que *a relação* entre as políticas públicas arquivísticas e as de constituição e preservação do patrimônio cultural *não é necessariamente consequente*. Podem ser criadas, implementadas e avaliadas de forma isolada, como pode ser verificado através de distinta legislação acerca da gestão de arquivos e do patrimônio cultural. Diante desta contextualização, constituíram-se as seguintes questões de pesquisa: como as políticas públicas arquivísticas, ou sua inexistência, ou funcionamento parcial, se relacionam com políticas de preservação de patrimônio cultural no país? O que é necessário para que se reconheçam os arquivos públicos como patrimônio? Os arquivos públicos não são reconhecidos como patrimônio porque não existem políticas públicas para tal? Ou não existem políticas públicas de arquivo porque as pessoas (gestores, pesquisadores) não os identificam como patrimônio cultural?

Salienta-se que este trabalho apresenta reflexões iniciais para uma proposta de pesquisa. O objetivo geral consiste em analisar como as políticas públicas arquivísticas e de preservação do patrimônio cultural se inter-relacionam no Brasil e qual a sua influência no acesso à informação. De forma específica objetiva-se: estudar a estrutura das políticas públicas, tanto arquivísticas como de patrimônio cultural no Brasil; investigar como os conceitos de documento de arquivo, arquivos públicos, políticas públicas de arquivo e patrimônio cultural são aplicados ao mesmo tempo dentro de um mesmo sistema de gestão de políticas; e analisar as causas dos possíveis distanciamentos quando se trata de articulação entre o tratamento arquivístico e o tratamento do patrimônio cultural em geral.

Metodologicamente a pesquisa aqui apresentada é de natureza aplicada, com

abordagem qualitativa. Do ponto de vista de seus objetivos, pode ser classificada como uma pesquisa exploratória, assumindo a forma de estudo de caso e pesquisa documental quanto aos procedimentos técnicos, além de incorporar observação individual e entrevistas. A pesquisa documental está voltada ao levantamento e estudo de normativas nacionais e estaduais que contemplem políticas públicas de arquivo, bem como a legislação e dispositivos em relação à gerência e guarda de documentos públicos enquanto patrimônio cultural.

Métodos de pesquisa social como entrevistas e observação, procedimento a ser aplicado junto ao conjunto de atores políticos em questão, podem apresentar novos elementos ao debate ao trazer dados sobre o nível de consciência sobre a importância dos arquivos públicos em seus aspectos de prova e memória, por exemplo.

2 REFLEXÕES A PARTIR DA BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA

Um dos primeiros aspectos teóricos a considerar nesta fase inicial da pesquisa é o enquadramento do estudo como de interesse e possibilidades de análise na CI. De acordo com Araújo (2014), as discussões epistemológicas sobre o escopo de atuação (objeto) da CI, que variou entre os modelos físico, semântico e pragmático, apresenta hoje uma aceitação da complementaridade entre os mesmos, podendo variar a ênfase de determinados modelos conforme o necessário.

Outro conceito relevante no contexto desta pesquisa é o de política pública que, de acordo com Howlett, Ramesh e Perl (2013), é um processo de “compatibilização entre objetivos e meios”, que apresenta duas dimensões: uma técnica e uma política. A primeira procura identificar os instrumentos mais adequados para a solução de problemas. Este é o aspecto de apoio aos profissionais especializados em determinada área de conhecimento. A dimensão política abarca os aspectos de disputa tanto pelas soluções, quanto pela própria identificação da questão como um problema.

De acordo com Rua (2009) os atores de uma política pública são os membros dos grupos que integram o sistema político. Basicamente existiriam dois tipos de atores, os estatais/públicos e os privados. Estatais/públicos provenientes do Governo ou Estado exercem funções públicas e mobilizam os recursos associados a estas funções. São os políticos,

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

eleitos pela população e os servidores públicos, que atuam no segmento burocrático. Os atores públicos políticos são aqueles cuja posição resulta de mandatos eletivos, como parlamentares, governadores, prefeitos. Os atores públicos burocratas são aqueles que ocupam cargos que requerem conhecimento especializado e que se situam em um sistema de carreira pública. Por sua vez, os atores privados são os provenientes da sociedade civil, formados pelos grupos de sindicatos, empresários, grupos de pressão, imprensa, associações, trabalhadores. Atores políticos também podem ser coletivos, atuando enquanto grupos organizados (igrejas, movimentos sociais, ONGs).

“Desmontar” as políticas públicas através desses conceitos de atores sociais e decisões parece ser a ferramenta analítica mais apropriada, ainda que se compreenda que essas chaves analíticas não sejam necessariamente a realidade dos processos de reconhecimento de problemas até a avaliação de uma política pública, mas sim uma maneira de representar o mesmo.

Sousa (2006), em relação ao termo “política públicas”, esclarece que “política” não pode ser tomada como sinônimo apenas de lei e “pública” não pode ser traduzida somente por governo. Pode-se falar de políticas públicas de arquivo sim, pois esta carrega a defesa e a garantia de direitos individuais e coletivos, sendo justificada pela necessidade da formulação de políticas públicas de arquivo no país dando valor estratégico da informação arquivística para sociedade. Ainda segundo Sousa (2006), as políticas públicas concretizam-se em ações governamentais, mas não podem estar desconectadas de seu público alvo, devem surgir por meio da união da sociedade civil organizada com o governo.

Pode-se afirmar de antemão que a legislação que define as políticas públicas de arquivos no Brasil prevê a identificação de arquivos permanentes, quais sejam os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados. Definem-se tabelas de temporalidade, que a partir de estudos sobre a vigência legal e a possibilidade de interesse do público em geral definida por comissões de avaliação, partindo do princípio de que os arquivos públicos e sua gestão são de responsabilidade do poder público.

Cabe considerar as tendências teóricas que acabaram por influenciar a conceituação

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

sobre a gestão documental na legislação brasileira, que em alguns casos é levada a cabo de forma tida como neutra, e de responsabilidade dos gestores públicos. Entende-se, entretanto, que como qualquer processo social ele sofre influências e intencionalidades para a definição daquilo que será preservado.

Da mesma forma, há a possibilidade de identificação e incorporação dos arquivos como bens patrimoniais culturais e históricos à tutela do poder público, com fins de preservação dos mesmos. Entretanto, trata-se de processos distintos.

De acordo com Fonseca (2009, p. 51), a questão do patrimônio joga tanto com o papel da memória e da tradição na construção de identidades, quanto com o papel dos estados modernos no investimento e legitimação da ideia de nação, mas que acabam por interferir nos processos de construção do tempo, da história e da arte. Dentro da dimensão simbólica apresentada pela mesma autora, inclui-se a criação e transmissão de memória. Embora seja um conceito de difícil e complexa conceituação, cabe referir alguns atributos, como coloca Barreto (2007): trata-se do ponto de intersecção entre o sujeito e a cultura, articulando-se como uma grande linguagem que permite identificar os elementos pelos quais os sujeitos constroem sua identidade, resultado das experiências entre o tempo vivido e o que se deseja transmitir.

Por ter esta constituição que permite uma análise tão reveladora do ser de uma sociedade, a memória tem se tornado foco de interesse sob diversos olhares dentro das ciências humanas e sociais, além de ter extrapolado a questão técnica e sido incorporada ao senso comum, aos discursos cotidianos. Assim, como pontuam Barros e Amélia (2009), a partir da ideia de memória enquanto linguagem de comunicação, encontram-se nela alguns símbolos e signos que formam o patrimônio: artefatos, bens, saberes e fazeres.

Embora tenha sofrido uma ampliação, tanto no sentido do tipo de artefato patrimonial a ser considerado, incluindo categorias que vão além dos bens físicos, os conjuntos de documentos permanecem reconhecidos como bens patrimonializáveis, dentro da categoria do patrimônio material. Uma ideia interessante acerca do patrimônio e sua construção social é colocada por Prats (2005): a escolha daquilo que é considerado como patrimônio se daria por um processo que envolve as fases de sacralização e ativação, que obedecem às semânticas

definidas localmente. Para que um bem ou um fazer seja protegido pela tutela estatal é preciso que ele seja “ativado” enquanto tal, reconhecido como portador de um valor coletivo, e negociado na sociedade até sua incorporação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões constantes neste pôster representam a fase inicial da constituição do problema da pesquisa cujo objetivo principal é analisar, sob o enfoque informacional, as relações entre políticas públicas de arquivo e patrimônio cultural. As incursões iniciais à bibliografia especializada mostram a pertinência do estudo para a CI por investigar os componentes iniciais da definição do patrimônio e da memória nacional. As Leis, por exemplo, são condições de possibilidade à prática política e discursiva que constrói os valores sociais de monumentos, construções e acervos. Nesse sentido, as relações entre políticas públicas de patrimônio cultural e arquivos poderiam estar, hipoteticamente, num ponto interseccional, uma vez que o arquivo pressupõe preservação da memória.

Diante do exposto, pretende-se aprofundar os conceitos aqui abordados, bem como construir, a partir das metodologias apresentadas, um panorama nacional das políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural e ao arquivo. Somente com o desenvolvimento da pesquisa será possível apresentar um diagnóstico da situação brasileira no escopo definido e, com estes resultados, instaurar possíveis reflexões no campo da CI.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

BARRETO, Ângela Maria. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 161-176, jul./dez., 2007.

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, n. 21, v.1: p. 55-61, jan. - abr., 2009. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/518/498>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política**

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

nacional de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**. Buenos Aires, n. 21, p. 17-35, [s.d.] 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n21/n21a02.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.